



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP)

Gisleane Silva de Araujo¹

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo identificar a intervenção da(o) assistente social com trabalhos grupais com ênfase em famílias de crianças e adolescentes que estão em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala. Para tanto, foram utilizadas como base de análise o trabalho realizado pela assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) em um Centro de Saúde Auditiva e Assistência Social. Com embasamento nas informações sobre os encontros grupais, bem como, a intervenção da assistente social em cada encontro, constatou-se que é fundamental apreender o trabalho de grupo e as ações grupais através de atividades socioeducativas que articulem um conjunto de informações e uma prática reflexiva dos sujeitos envolvidos no processo, ampliando a capacidade de autonomia e de crítica, possibilitando a transformação social e novas configurações de sociabilidade.

Palavras-chave: Serviço Social. Exercício profissional. Intervenção grupal. Grupo de Apoio aos Pais.

Abstrac: This work aims to identify the intervention of the social worker with group work with emphasis on families of children and adolescents who are in treatment of (ha) rehabilitation of hearing and speech. Therefore, the work carried out by the social worker in the Support Group for Parents (GAP) in a Center for Hearing and Social Assistance was used as the basis of analysis. Based on the information about the group meetings, as well as the intervention of the social worker in each meeting, it was verified that it is fundamental to apprehend the group work and the group actions through socio-educational activities that articulate a set of information and a reflexive practice of the subjects involved in the process, increasing the capacity for autonomy and criticism, enabling social transformation and new configurations of sociability.

Keywords: Social Service. Professional exercise. Group intervention. Parent Support Group.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da experiência profissional da autora como assistente social em um Centro de Saúde Auditiva e Assistência Social.

Por se tratar de um Centro que atua no diagnóstico e (ha) reabilitação da audição e da fala, a atuação dos profissionais do Centro ocorre por meio de intervenções diferenciadas, como realização de exames auditivos, protetização auditiva, terapia da audição e da fala, curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para usuários/familiares, entrevistas de acolhida e atendimento, acompanhamento individual, atendimentos grupais, entre outras formas de ação.

¹ Profissional de Serviço Social. Centro Suvag do Rio Grande do Norte. E-mail: <gisleane.sa@hotmail.com>.

Essas intervenções estão em consonância com a Política Nacional de Proteção à Saúde de 2006, a qual objetiva promover a qualidade de vida reduzindo a “vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais”. (PNPS, 2010, p. 17)

Estão em conformidade, também, com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, a qual determina que as ações nos equipamentos da Assistência Social devem priorizar a matricialidade familiar como centro das atividades. Estabelece, ainda, “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.41).

A perspectiva do atendimento grupal por meio do grupo multifamiliar foi realizada inicialmente por uma professora de fonoaudiologia em 2014. Na época, o grupo era denominado “Você faz a Diferença” e constituía-se de um pequeno número de familiares, os quais recebiam apoio de fonoaudiólogos que estavam realizando uma especialização em audiologia. Além destes, a psicóloga e a assistente social do Centro foram convidadas a dar um suporte no GVFD.

A experiência com esse grupo foi considerada exitosa no que tange à otimização do trabalho com as famílias das crianças e adolescentes, os quais estavam em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, e, na compreensão da importância do apoio familiar nos resultados terapêuticos dos (ha) reabilitados. No entanto, ao ser finalizada a especialização o GVFD foi encerrado e passou a ser denominado Grupo de Apoio aos Pais (GAP) sendo estendido aos demais familiares dos usuários em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala.

Devido a isso, e à ampliação dos atendidos, montou-se uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do Centro. Sendo estes, uma fonoaudióloga, uma psicóloga e uma assistente social, para que fosse abordado além dos aspectos fonoaudiológicos, os psicológicos e os sociais.

A metodologia utilizada no presente trabalho compreende a pesquisa bibliográfica por meio da análise de produções acadêmicas na área do Serviço Social e em áreas que discutem o tema abordado. Destacando, assim, as especificidades a respeito do trabalho com grupos no Serviço Social. Essa etapa diz respeito, também, à pesquisa de campo através da experiência profissional na intervenção grupal.

Diante disso, esse trabalho se estrutura da seguinte forma: inicialmente se discute sobre a categoria grupo e a intervenção grupal como espaço de convivência para a troca de experiências entre famílias que apresentam demandas em comum. Logo em seguida, aborda-se o contexto de realização do GAP, as ações realizadas e seus respectivos

objetivos. E, por fim, a intervenção grupal no exercício profissional do Assistente Social numa perspectiva crítica, situando o trabalho com grupos como uma estratégia de socialização de informações e de reflexões que corroborem com o processo de autonomia das famílias, além da construção de um pensamento crítico em defesa dos direitos e de uma sociedade mais justa e igualitária.

1 DISCUSSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 as Políticas Públicas tiveram um grande avanço constitucional. Os programas e legislações de âmbito nacional, todos criados a partir da década de 1990, reiteraram a proposta de avanço, principalmente na preconização da Política Pública como um direito social (SILVA; DESSEN, 2016). Com isso, a pessoa com deficiência passou a ter também seus direitos individuais e sociais assegurados.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, a expressão “pessoas deficientes” segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, “refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, p. 1, 1975).

Já a deficiência auditiva, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 3.298/99 é a: “II - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, p.2, 1999).

No entanto, mesmo com os direitos assegurados por lei, a pessoa com deficiência ainda tem dificuldade de acesso aos serviços, pois o que é preconizado por lei diverge da realidade vivida por ela e seus familiares, os quais têm seus direitos vetados pela inconformidade do sistema, ocasionando uma dificuldade na assistência necessária (SILVA; DESSEN 2016).

A pessoa com deficiência demanda Políticas Públicas que promovam suas competências, identifiquem seus avanços, estimule sua capacidade e desenvolvimento. Isto é, um conjunto de serviços capazes de oferecer suporte que auxilie no gerenciamento de suas vidas.

Diante desse contexto, a utilização de programas de atendimentos grupais pode ser uma ferramenta essencial para orientar o deficiente e suas famílias “[...] no que se refere às tarefas de desenvolvimento do curso de vida, quanto para apoiá-los, fortalecê-los e encorajá-los na busca de soluções para seus problemas” (SILVA; DESSEN, p. 68, 2016).

No que diz respeito aos procedimentos de caráter grupal podemos verificar em Trindade (1999, p.288) que:

Os procedimentos de caráter grupal são aqueles que envolvem o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados pelos assistentes sociais, geralmente tomando como critério a existência de situações comuns, que implicam necessidades comuns. Os grupos assumem características bem diferenciadas e o seu desenvolvimento faz parte de um esforço profissional voltado à ampliação das possibilidades de compreensão e reflexão dos usuários, através da convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes.

Ainda sobre grupo, Eiras (2006) afirma que os grupos ou trabalhos grupais são decorrência de um fluxo da realidade social no qual é fundamental, para sua compreensão, não só a análise das suas relações internas, mas também a análise das lutas de classe.

Já a autora Lane (2012, p.78) aborda a categoria grupos na sociedade capitalista evidenciando que, a partir desta, é viável apreender as cânones que atuam sobre o sujeito, além das ações que os homens projetam na realidade tendo a compreensão de que “toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam”.

No tocante à problemática supracitada, observa-se que os autores apresentam expressões diferentes ao abordar o termo grupo, mas dialogam no sentido de que a ação do trabalho grupal parte das necessidades individuais de sujeitos que possuem algum elo semelhante. E, que esses estão inseridos em uma sociedade capitalista, sendo importante a realização de um trabalho grupal (organização/ações) numa perspectiva histórica que considere sua inserção em tal sociedade.

Cabe destacar que, independente da expressão utilizada e dos “recursos educativos para a interação com o grupo, o planejamento das ações, definindo o caminho educativo com os sujeitos do grupo, é fundamental para o processo interventivo do/a assistente social” (SILVEIRA, p.20, 2016).

De acordo com Batista (2000, p.13), o planejamento é parte singular da ação profissional, “na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social [...]”

É necessário também delimitar o número de participantes, o tempo de duração das atividades, a quantidade dos encontros, a clareza nos temas a serem trabalhados, definir os materiais a serem utilizados, além do relatório com registro das atividades desenvolvidas com dados quantitativos e qualitativos (EIRAS, 2013).

Portanto, o trabalho com grupos exige uma percepção individual e coletiva, para além do debate imediato ou emergente. “Trata-se de conhecer a realidade de cada indivíduo e da trajetória de formação do grupo. Tendo o propósito de subsidiar o/a assistente social em busca de proposições as quais serão à base do diálogo com o grupo” (SILVEIRA, p.20, 2016).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DO GRUPO DE APOIO AOS PAIS – GAP

O Grupo de Apoio aos Pais (GAP) é desenvolvido com as famílias que acompanham parentes (crianças ou adolescentes) que estão em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala em um Centro de Saúde Auditiva e Assistência Social. Ele se reúne duas vezes por semana no turno matutino e vespertino, com duração de 45 minutos cada encontro. O grupo ocorre durante os meses de março a novembro, desde o ano de 2015. Os temas dos encontros são planejados semestralmente, e, semanalmente um profissional fica responsável por subsidiar um tema correspondente a sua área de atuação.

Participam do grupo vinte e quatro pessoas, sendo doze pela manhã (todas mulheres) e doze à tarde (dez mulheres e dois homens). A renda dos participantes varia de rendimentos de benefícios de transferência de renda ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. A escolaridade varia de nenhuma a Ensino Superior Completo e a faixa etária é entre 30 anos e 50 anos.

Compõem a equipe de execução do grupo uma assistente social, uma psicóloga e uma fonoaudióloga.

2.1.1 Resultados

Na tabela abaixo estão descritas as atividades executadas e/ou organizadas pela assistente social juntamente com o grupo, seguindo a descrição de cada encontro no decorrer do período de março a meados de maio do ano em curso. As ações foram realizadas de forma equivalente no GAP matutino e vespertino.

1 QUADRO - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO GAP 2019.1

ETAPAS		1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO	6º ENCONTRO	7º ENCONTRO
APRESENTAÇÃO	PROFISSIONAIS	Boas-vindas e apresentação do GAP aos novos participantes	Foi explicado sobre os pontos do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi informado o resultado da análise dos resultados do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Foi realizada a exposição "Não queremos flores, queremos respeito" em alusão ao dia Internacional da Mulher	Foi discutida por uma assistente social convidada a Política de Assistência Social	Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado	Foi abordado sobre 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes)
	FAMILIAS							
DESENVOLVIMENTO		Dinâmica da "teia de aranha"	Aplicação do Inventário das Necessidades Familiares (INF)	Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse dos participantes	A exposição foi composta por vinte quadros produzidos com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as	Realizou-se um resgate histórico da Política Pública de Assistência Social a partir da CF de 88 até os dias atuais	A discussão foi realizada a partir da CF de 88	Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP

				mulheres			
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Foi observado o círculo formado; pontuado a demanda em comum entre as famílias; e a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, e a rede de serviços.	Foi informado que as profissionais executoras iriam avaliar os questionários com as necessidades das famílias	Foi pontuado o pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes	Foi abordado o empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher	Foi ressaltada a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social	Foi discutido as conquistas na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais; o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva	Foi debatido sobre combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes

FONTE: GRUPO DE APOIO AOS PAIS – (GAP)

1. **Primeiro Encontro:** Foi realizado um momento de boas-vindas e explicado aos novos participantes do que se tratava o GAP. Logo em seguida foi aplicada a dinâmica da “teia de aranha”. O objetivo era que ao pegar o barbante cada participante se apresentasse, falasse quem estava acompanhando no tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, como foi à descoberta da perda auditiva e há quanto tempo estava no Centro. Ao final, foi solicitado que os participantes pontuassem o que estavam observando no círculo formado, foi abordado o ponto em comum entre eles, e, pontuado a importância do elo entre as famílias, os profissionais do Centro, bem como a rede de serviços como um todo.
2. **Segundo Encontro:** Foi aplicado com a colaboração da fonoaudióloga e da psicóloga o Inventário das Necessidades Familiares (adaptação cultural - português brasileiro). O INF consiste em um questionário de auto-resposta, composto por itens que avaliam as necessidades de informações (audição e perda auditiva, comunicação; desenvolvimento da linguagem; serviços e recursos educacionais; suporte familiar, social e psicológico; serviço comunitário e cuidados; custeios/manutenção do tratamento e próteses auditivas) das famílias. Cada item é cotado segundo duas subescalas: “sim”, para quando sentir necessidade que seja trabalhado ou precisar de informações sobre o tópico. E, “não”, para quando não sentir necessidade que seja trabalhado ou não precisar de informações sobre o tópico.
3. **Terceiro Encontro:** Foi realizada, em um momento anterior, a análise dos resultados do INF pelas profissionais executoras, e, no terceiro encontro foi discutido com os participantes os itens de maior e menor pontuação. Ficou acordado entre o grupo que seria debatido o que foi de maior interesse, o que não impossibilitava a discussão dos demais itens. Foi pactuado, também, como seria a ordem dos temas,

a execução e o formato das ações. É importante pontuar que, nesse encontro, o objetivo foi despertar o sentimento de pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes.

4. **Quarto Encontro:** Em alusão ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher) foi realizada a exposição “Não queremos flores, queremos respeito”. A exposição foi composta por vinte quadros confeccionados com a colaboração da arte educadora do Centro, os quais abrangiam frases sobre amor próprio, respeito e união entre as mulheres. O intuito foi abordar sobre empoderamento feminino e a importância do Dia Internacional da Mulher. Cabe destacar, que no GAP existem mulheres que não são alfabetizadas, no entanto, as que são, auxiliaram na leitura dos quadros não sendo necessário o apoio das profissionais executoras. Esse momento foi de bastante emoção, pois expressou dentre outros sentimentos, a união e a afetividade entre as famílias do grupo.
5. **Quinto Encontro:** Foi discutida por uma assistente social convidada a Política Pública de Assistência Social. A profissional realizou um resgate histórico da referida Política a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Tal momento teve como objetivo ressaltar a importância da Política Pública de Assistência Social como um direito social.
6. **Sexto Encontro:** Foi explanado sobre a Educação como direito de todos e dever do Estado. A discussão foi realizada a partir da Constituição Federal de 1988 e teve como foco as conquistas oriundas do processo constitucional na educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como, o corte de gastos provenientes da Emenda Constitucional 95 e as consequências desses na precarização do ensino público, especialmente no das pessoas com deficiência auditiva.
7. **Sétimo Encontro:** Em alusão ao 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes) foi realizado o último encontro do mês sob a coordenação da assistente social. Uma vítima de abuso sexual infantil compartilhou o seu depoimento no GAP e este relato teve como objetivo fortalecer o combate a esse tipo de crime, reforçando o compromisso na proteção das crianças e adolescentes.

2.1.1.1 A intervenção grupal no exercício profissional do Assistente Social

É oportuno iniciar ressaltando que o exercício profissional não se restringe as respostas instrumentais. A instrumentalidade no exercício profissional de acordo com Guerra (p.1, 2007) “refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica) mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo socio-histórico”.

“[...] Diante do avanço da questão social, fruto das relações sociais contraditórias, de exploração e de dominação, ampliam-se as demandas para o Serviço Social”. Como forma de responder paliativamente a essas demandas, o “Serviço Social brasileiro adota o trabalho com grupos já em vigência, nos países da Europa e da América do Norte [...]” (SILVEIRA, p. 10, 2016). Assim, a metodologia de intervenção grupal torna-se uma das ferramentas de instrumento técnico-operativo do Serviço Social brasileiro.

Cabe salientar que, do ponto de vista do pensamento crítico e tendo como referencial a teoria de Marx e a tradição marxista, pode-se entender o Serviço Social e sua intervenção profissional “como trabalho e o cotidiano de sua intervenção profissional como processo de trabalho” (GRANEMANN, 1999, p. 155).

Dessa forma, o exercício profissional da (o) assistente social configura um modelo de intervenção inclusa nas práticas sociais presentes na sociedade, sendo também uma especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do trabalho no sistema capitalista, o que torna o assistente social um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário (BATISTA, 2014).

Sendo assim, o exercício profissional é um processo inconclusivo, construído e reconstruído cotidianamente o qual responde às demandas que lhe são apresentadas segundo a conjuntura socio-histórica (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

Por conseguinte, o exercício profissional da (o) assistente social está posto no âmbito da reprodução das relações sociais, no modo como o indivíduo apraz suas necessidades, proporcionando alterações na forma como os sujeitos vivem a realidade e o seu dia a dia (SARMENTO, 2014).

Ainda nessa perspectiva, Sarmiento (2014, p. 180) apreende a intervenção do Serviço Social pela

[...] ação no cotidiano de vida dos trabalhadores e não trabalhadores, pela interferência nos modos de pensar, agir, sentir e fazer das pessoas e instituições, induzindo as posições e comportamentos teleologicamente desejados, visando à transformação do homem, de suas relações sociais e do curso dos acontecimentos.

Além de tudo isso, a prática do Serviço Social é assinalada por inúmeras dimensões que segundo Guerra (2013) possui as suas particularidades, mas que vinculadas incluem a intervenção do assistente social, sendo homogênea, mesmo na diversidade. Por

consequente, o Serviço Social dispõe de “dimensões constitutivas tais como a dimensão interventiva, a investigativa e a formativa marcadas pela competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018, p. 79).

Cabe destacar que a relação da (o) assistente social com o trabalho com grupos vem transcorrendo a história do Serviço Social no Brasil, como descreve Moreira (2013, p. 11):

O trabalho com grupos é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o Serviço Social brasileiro experimentou - em especial com o Movimento de Reconceituação - este instrumento permanece ocupando um importante lugar no arsenal técnico-operativo de seus profissionais [...]

Diante de tal realidade, o trabalho grupal no Serviço Social também passou por um processo de resignação. “Deixou de ser um “método” que colocava uma espécie de especialização, tornando o/a “assistente social de grupo”, passando a ser mais um importante instrumento no processo de intervenção profissional” (SILVEIRA, p.12, 2016).

Na década de 1990, o Serviço Social com grupos passou a ser parte constituinte da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão da (o) assistente social e dá outras providências, com o texto subsequente:

Artigo 4º Constituem competências do Assistente Social:
[...] III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...]

Assim, no mundo contemporâneo, o Serviço Social é convocado para “contribuir no enfrentamento da questão social, preparando-se para tanto. Os novos rumos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (dentre estes o trabalho com grupos) sintetizam o alinhamento da profissão com a realidade social” [...] (SILVEIRA, p.12, 2016).

A respeito desta vertente, Iamamoto (1998, p. 49) assinala que:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional a nado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história.

Destarte, o/a assistente social nivela-se às demandas postas pela realidade social agregando-se com os sujeitos (indivíduos e grupos) com os quais interage profissionalmente. (BONFIM; TEIXEIRA; ALBIERO, 2018).

O que realmente é significativo ao pensar a respeito do Serviço Social com grupos é “valorizar o encontro do grupo como espaço educativo, onde os indivíduos passem a ter a oportunidade de novas experiências e novas relações em sociedade. É um espaço que envolve a ressignificação dos valores e a percepção de mundo” (SILVEIRA, p.16, 2016).

Assim sendo, o trabalho social é direcionado à possibilitar que os sujeitos se identifiquem como tal, reconheçam sua identidade social e valores, construindo experiências hodiernas e refletindo sobre as vivências (SILVEIRA, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho organizou um conjunto de informações embasadas no conhecimento empírico e na intervenção profissional da (o) assistente social no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) de crianças e adolescentes em tratamento de (ha) reabilitação da audição e da fala, considerado como foco a importância do Serviço Social de grupo.

A intervenção do Serviço Social é marcada por diferentes abordagens, como as observadas na experiência aqui relatada, a qual combina abordagens interventivas, investigativas e formativas, que se complementam no processo de intervenção profissional da (o) assistente social.

O trabalho com grupos pode ser utilizado pela (o) profissional de Serviço Social como um instrumento de socialização de experiência e informações na luta por direitos, inclusive, com famílias que estão acompanhando parentes em tratamentos de (ha) reabilitação da audição e da fala.

As práticas grupais garantem a dialeticidade necessária à construção de conhecimento comum e útil, unindo os sujeitos através das demandas em comum.

A atuação da (o) assistente social em grupos traz a consciência de direitos e deveres e reavivam noções de cidadania e comunidade através de ações socioeducativas, levando os sujeitos imersos no tratamento de seus familiares a repensarem seu cotidiano de modo crítico, o que em grande medida retoma o protagonismo da família no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos de solidariedade entre essas unidades familiares.

Nessa perspectiva, o GAP vem apresentando como resultado das intervenções, o desenvolvimento do pensamento crítico, uma visão de cidadania com relação aos direitos e deveres, autonomia das famílias envolvidas, envolvimento das famílias participantes para

com o tratamento das crianças e adolescentes em (ha) reabilitação da audição e da fala, crescimento por meio da cooperação e do apoio mútuo, e maiores informações sobre projetos, programas e serviços, especialmente voltados para a pessoa com deficiência auditiva.

Contudo, há um amplo campo de pesquisa para o aperfeiçoamento do uso de grupos no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala. Sugere-se, desse modo, que mais profissionais atuem no sentido de mensurar quantitativamente e qualitativamente as interações grupais.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Myrian Veras. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação construção do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2014.v. I.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo, Veras, 2000.
- BONFIM, Giverson Gonçalves; TEIXEIRA, Juvanira Mendes; ALBIERO, Cleci Elisa. O Trabalho com Grupo no Serviço Social: contribuições para a intervenção profissional. **Caderno Humanidade em Perspectiva**, v.2, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/642>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.
- BRASIL. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 02 maio 2019.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, Norma operacionais básica-NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso: em 02 maio 2019.
- BRASIL. **Política Nacional de Proteção a Saúde-PNPS/2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 7. Ed. 3ª. Disponível em:<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso: em 02 maio 2019.
- EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social brasileiro. In: Eduardo Mourão Vasconcelos. (Org.).

Abordagens Psicossociais: perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: Hucitec, 2009. v. III.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico – operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A Dimensão técnico – operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 2.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do assistente social.**Belo Horizonte, 2007.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: CFESS/CEAD/UNB. **Capacitação em Serviço social e política social.** Modulo 02: reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. **Psicologia social:** o homem em movimento. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 02maio 2019.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Debate contemporâneo sobre a Intervenção Profissional. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral. **Serviço Social:** questão social e direitos humanos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. V. I.

SILVA, Simone Cerqueira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Programas de educação familiar para famílias de crianças com deficiência: uma proposta promissora. **Contextos Clínicos,** 11(1):59-71, janeiro-abril 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v11n1/v11n1a06.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho Social em grupos.** UnisulVirtual, Palhoça. 2016. Disponível em: <https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho_social_com_grupos.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social.** 1999.347 f. Tese (Doutorado em Serviço social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.1999.